



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA FUNCIONALIDADE NO TRATO DA QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE BRASILEIRA

MAYARA SANTOS BRITO ¹

RESUMO

O presente artigo científico se propõe a identificar como tais reviravoltas impactam no trato com a questão social, principalmente no que se refere às iniciativas relacionadas à política de Assistência Social por meio de uma leitura crítica da cena contemporânea a partir de produções teóricas ligadas ao objeto em questão. As informações resgatadas e reflexões construídas levaram às seguintes conclusões: há uma tendência da Política de Assistência Social ser usada de forma distorcida pelos condutores do aparelho estatal e a afastam do enfrentamento efetivo à questão social; e que esta tendência segue a base da população desde sua instituição no século passado.

PALAVRAS-CHAVE

Assistência Social; Questão Social; e Contemporaneidade.

ABSTRACT

This scientific article proposes to identify how such upheavals impact on dealing with the social issue, especially with regard to initiatives related to Social Assistance policy through a critical reading of the contemporary scene from theoretical productions linked to

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Da Paraíba

the object in question. question. The information retrieved and reflections built led to the following conclusions: there is a tendency for the Social Assistance Policy to be used in a distorted way by the conductors of the state apparatus and move it away from effectively confronting the social issue; and that this trend follows the population base since its institution in the last century.

KEYWORDS

Social assistance; Social issues; Contemporaneity.

I - INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada por eventos que instauram, fortalecem e agudizam a desigualdade social, tendo suas primeiras páginas escritas a partir de um processo de colonização que expropria dos moradores originários deste país suas terras, crenças e cultura e que tem continuidade em páginas marcadas pelo sangue de escravos e pela constante exploração da terra em prol do enriquecimento de nações de capitalismo desenvolvido.

A partir desta base histórica tem-se o nascimento e crescimento de uma nação dependente na lógica capitalista, sendo a exploração uma marca de nascença da sociabilidade brasileira, haja vista que sua nação colonizadora já estava marcada pela germinação das sementes do modo de produção capitalista e o trouxe para o território colonizado, modo de produção este que “ao mesmo tempo em que institui o trabalhador assalariado e o patronato, também produz o fenômeno do pauperismo, responsável pelo surgimento da pobreza como *questão social*” (MOTA, 2010, p. 25)².

Para tanto, a presença de expressões da questão social já existia no Brasil antes mesmo que se houvesse uma consciência da construção de tal conceito, trazendo assim a necessidade de formular e executar estratégias de enfrentamento a tais expressões, uma vez que estas representam entraves ao processo de reprodução e expansão capitalista.

²Grifos próprios.

Entre tais estratégias estão as iniciativas ligadas à Assistência Social que ao longo da história já assumiram muitos formatos e funcionalidades passando pelas práticas caritativas desenvolvidas pela igreja católica, pela benemerência das primeiras damas, pela bandeira de luta dos movimentos sociais até atingir o status de política pública.

A contemporaneidade brasileira, por sua vez, representa um terreno de efervescência de conflitos políticos, biológicos e sociais, compreendendo aqui as duas primeiras décadas do século XXI, haja vista que a ocorrência de fatos que impactam fortemente no trato agenda social no território nacional e desencadeiam uma série de reviravoltas históricas. Destacam-se os conflitos políticos, especialmente a partir do impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016; biológicos com a chegada e expressiva propagação da pandemia da COVID-19; sociais, a serem exemplificados pela expansão do desemprego e da violência no contexto pandêmico; e econômicos provocados pela instabilidade da inflação e pela queda no poder de consumo da população.

A fim de identificar como tais reviravoltas impactam no trato com a questão social, principalmente no que se refere às iniciativas relacionadas à política de Assistência Social é que este trabalho se propõe a realizar uma leitura crítica da cena contemporânea a partir de produções teóricas ligadas ao objeto em questão.

II - ELEMENTOS HISTÓRICOS ACERCA DA RELAÇÃO QUESTÃO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A apreensão crítica da relação aqui abordada está condicionada ao entendimento dos pilares que a compõem, para tanto essa se inicia com a definição de a questão social não se trata de uma categoria nos termos do materialismo histórico, considerando aqui os argumentos de Santos (2008) ao defender que

“questão social” em si, (...), não existe na realidade, e, assim sendo, deve ser entendida como um conceito – cuja natureza é reflexiva, intelectual (...) o que tem existência real não é a “questão social” e sim suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista. (...) Pode-se dizer, assim, que houve uma releitura do conceito que apresenta uma potencialidade totalizadora a ser explorada, especialmente por designar de modo articulado uma

série de manifestações encaradas tradicionalmente de forma isolada, configurando os chamados "problemas sociais". (SANTOS, 2008, p. 27)

São elementos a serem destacados no trecho anteposto: o caráter desigual do modo de produção capitalista; o viés da totalidade presente no conceito; e o alerta para o trato de forma isolada das expressões da questão social. O destaque a estes elementos se justifica em sua relação com a leitura do modo de produção capitalista tecida por Marx, especialmente no que se refere à Lei Geral da Acumulação Capitalista, e a capacidade que esta detém de evidenciar como a constante exploração da força de trabalho por este praticada afeta a sociabilidade e as condições de vida dos trabalhadores. O objetivo final da produção capitalista está na manutenção constante da acumulação, a qual por sua vez depende da capacidade de exploração da força de trabalho, movimento este que está atrelado a relação de dependência da classe trabalhadora, já que

o próprio mecanismo do processo de acumulação aumenta, juntamente com o capital, a massa dos 'pobres laboriosos', isto é, dos assalariados, que convertem sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, justamente por isso, têm de perpetuar sua relação de dependência para com seu próprio produto, personificado no capitalista. (MARX, 2017, p. 692).

Ainda dentro da Lei Geral da Acumulação Capitalista, Marx aborda que, para além da dependência da classe trabalhadora para com seu produto, outro elemento fundamental para a reprodução do capital é a existência do exército industrial de reserva, ao apontar que

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (...) Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca de acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. (...) Toda forma de movimento da indústria moderna deriva, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semiempregada. (MARX, 2017, p.705-708)

A teoria de Marx evidencia o quanto a lógica de acumulação capitalista está na base dos problemas sociais ligados à questão social, posto que é a partir das desigualdades derivadas dessa e da sua necessidade constante de exploração que surgem os principais entraves para a manutenção da classe trabalhadora.

No caso brasileiro, a efetivação de tal modo de produção seguiu suas matrizes exploratórias e segregantes até porque, como evidencia Mazzeo (1988), o tipo de capitalismo instaurado no Brasil nunca deteve as condições necessárias para desenvolver-se autonomamente.

No entanto, não se pode afirmar que a classe trabalhadora manteve-se inerte aos mandos e desmandos capitalistas. Ao longo da história o proletariado foi capaz de se organizar coletivamente e realizar movimentos que levaram os detentores de capital à reflexão de que era necessário efetivar medidas de pacificação das desigualdades geradas pela lógica capitalista, daí decorrem as ações de cunho assistencial e os direitos trabalhistas, como afirma Mota (2010) ao apontar que

é somente quando os trabalhadores se organizam como sujeito coletivo, dando voz aos interesses e necessidades do proletariado enquanto *classe*, exigindo reformas, melhores condições de trabalho, ganhos econômicos e, no limite, a supressão do capitalismo, que as classes dominantes adotam medidas de enfrentamento da questão social, através da legislação e de algumas reformas sociais. (MOTA, 2010, p. 25)

No entanto, como a estrutura capitalista segue processos cíclicos que os levam a crises cíclicas também, a garantia de atendimento às demandas do proletariado é afetada nos cenários de crise, a exemplo da que se estabeleceu no último terço do século XX, onde a questão social é recolocada na ordem-do-dia, ampliada e redefinida, neste momento

Os que 'vivem do seu trabalho' passaram a se defrontar com questões que afetam severamente o seu modo de ser e de viver: *o desemprego estrutural e a crise do trabalho assalariado, o desmonte do Estado de Bem-Estar e a supressão de direitos sociais e a fragmentação das necessidades e da organização política dos trabalhadores.* (Idem, p.29)³

No cenário nacional, este período é marcado por uma conjuntura política no mínimo bastante conturbada, já que vivenciava-se o auge da ditadura militar, porém também o momento onde há maior fortalecimento da organização popular, como demonstra Raichelis (2000)

A conjuntura política da década de 70 marcou o princípio da organização dos movimentos populares no ambiente da ditadura, em que os canais de participação estavam totalmente bloqueados. Eram os movimentos "de costas para o Estado", que traziam como novidade a afirmação de sua autonomia, não apenas em relação ao Estado, mas a todas as formas de representação institucional, como partidos,

³Grifos próprios da autora referenciada.

sindicatos etc. (RAICHELIS, 2000, p. 272).

A semente lançada pelos movimentos dos anos de 1970 foi fundamental para a abertura de espaço para participação popular e construção da legislação que viria a representar o maior avanço na perspectiva de direitos no território nacional, a Constituição Federal de 1988.

Entre as inovações promovidas pela participação popular promoveu na nova constituição está a formulação do sistema de seguridade social, o qual é compreendido como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). Com destaque ao fato de que é a primeira vez na história nacional que a Assistência Social adquire status de política pública e, ainda que integrante de um conjunto, recebe amparo legal a ela direcionado, como consta nos Arts. 203 e 204 da referida legislação, abaixo transcritos:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (BRASIL, 1988).

No entanto, a forma de enfrentamento à crise iniciada nos anos de 1970 adotada pelo capital e que chega ao Brasil nos anos de 1990 ataca fortemente os avanços lançados pela constituição. O neoliberalismo inaugura a perspectiva da acumulação flexível e traz para o capital novas formas de manter sua acumulação a partir da exploração da classe trabalhadora e seus efeitos são marcas expressivas para o

início do século seguinte.

III - A AGENDA SOCIAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI

O neoliberalismo traz consigo iniciativas de ataque direto a proteção do trabalhador, colocando-o cada vez mais suscetível e vulnerável aos interesses capitalistas, como evidencia Amaral (2018) ao inferir que

O desmonte das legislações de proteção ao trabalho, consideradas rígidas para o funcionamento do mercado, representa, aqui e alhures, a materialização da flexibilização, ditada nas contrapartidas exigidas pelos organismos internacionais que orientam o sistema global; em tempos neoliberais, o capitalismo necessita dessas medidas para obter maior lucratividade e rentabilidade em seus negócios. (AMARAL, 2018, p. 254)

A observação dos impactos deste no Brasil leva a autora a identificar que

O que se põe a nu no contexto brasileiro é que o desemprego se torna estrutural e de longa duração; que a informalidade se constitui uma tendência *naturalizada* do movimento do mercado de trabalho; que a piora de qualidade dos empregos criados e a precarização da vida e do trabalho - expressa na desvalorização salarial, no aumento da pobreza e na reprodução das desigualdades - aprofundam o cenário de barbárie da totalidade social e possibilitam a criação de referenciais políticos difusos, não mais fundados no ideário das identidades classistas, tamanha a fragmentação dos trabalhadores e das experiências organizativas novas que aparecem nesse novo cenário. (*Idem*, 253)

Os agravos decorrentes do neoliberalismo apontados por Amaral (2018) constituem as estratégias de manter a classe trabalhadora na condição de dependência e assim ampliar o leque de possibilidades de exploração desta, ao passo que o receio do desemprego e da incapacidade de acessar os insumos necessários à manutenção da vida levam à subordinação às condições mais precárias de trabalho.

No entanto os ataques neoliberais não se limitam à desvalorização do trabalho, também inicia-se o desmonte das políticas de proteção social, por meio da imposição de critérios de acesso cada vez mais excludentes e a redução constante do repasse de recursos e que passam a ser repassados para organizações de interesse privado, desta forma é que

as políticas que integram a seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e a privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios (MOTA, 2010, p. 133-134)

Neste cenário há agudização das expressões da questão social frente a uma sociedade marcada pela desproteção o Brasil passa ser cenário de conflitos que levam a uma mudança brusca na postura política do Estado, entre os quais destacam-se os efeitos da crise mundial do capital em 2008 que embora tenha iniciado nos Estados Unidos abalou expressivamente as economias ao redor do globo; as jornadas de 2013, iniciadas com mobilizações populares contra o aumento das passagens dos transportes público logo tomaram grandes proporções e passaram a simbolizar um movimento de questionamento à democracia nacional; o golpe parlamentar-midiático de 2016, que resultou no impeachment da presidente eleita Dilma Rousseff e na ascensão de Temer ao poder, abriu a trilha para a aceleração da concepção neoliberal nas políticas sociais e na condução do Estado (BORGES e MATOS, 2020); a aprovação da Emenda Constitucional Nº 95 em 2016, que ao instituir um novo Regime Fiscal, restringe gastos públicos primários, destinados a direitos sociais fundamentais, como a saúde, a educação e a assistência social por um período de 20 anos; a eleição de Jair Bolsonaro que consolida ideais ultraconservadores e de defesa do ultraneoliberalismo na condução do país; e o destaque negativo que o Brasil ocupa desde 2020 com a chegada da pandemia da COVID-19, tendo atingindo a posição de segundo país no mundo com maior número de mortes⁴.

Cabe salientar os efeitos que a pandemia desencadeou no cenário nacional, posto que através dela foram evidenciadas e agudizadas as expressões da questão social que já atingiam tão fortemente a classe trabalhadora brasileira, a qual se viu sem ter como recorrer ao espaço das ruas para o exercício do trabalho informal e assim a disposição de condições para conseguir se inserir na lógica de mercado capitalista, já que as medidas de contenção da expansão da COVID-19 consistiam em isolamento e distanciamento social, a complexidade de tais efeitos é exposta por

⁴Na ocasião da conclusão deste artigo o Brasil ocupa a terceira posição com marcas de 30,3 milhões de casos confirmados e 663 mil de mortes decorrentes da COVID-19 (Disponível em <[---

XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social](https://www.google.com/search?q=painel+covid&oq=painel+covid&aqs=chrome..69i57j0i512i5j0i433i512j0i512i3.2981j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8#coasyn=1&colocmid=/m/02j71&wptab=s:H4slAAAAAAAAAONgVuLVT9c3NMwySk6OL8zJecSYyC3w8sc9YamISWtOXmMM4hL3TU3JT M7MS3XJLE5NLE71yU9OLMnMzxOS5mJzzSvJLkKUEpTI50I1RkiKiwOukE-Kh4tLP1ffwLKoJMcnmcXE7dHamJOSUZwSWJJ8SJW9dRiIOPw2uKSzOTEYoWUVIXk_KL8vMSyw2uLSosVU nMVChKB9ucAANsNjtWtAAAA>. Acesso em 23 abr. 2022.</p></div><div data-bbox=)

Boschetti e Behring quando estas afirmam que

Os dados que emergem com a pandemia, contudo, revelam mais do que uma mera crise sanitária e desnudam a bárbara condição de desigualdade socioestrutural, aprofundada pelo ultraneoliberalismo, que se aliou, a partir de 2019, ao neofascismo no Brasil. (BOSCHETTI e BEHRING, 2021, p.68).

Na conjuntura de efervescência política, fragilização do trabalho, ataque às políticas sociais e crise sanitária o capital mantém sua sede insaciável em manter-se acumulando, de modo que não basta a mais valia advinda da exploração da força de trabalho é preciso que a classe trabalhadora mantenha-se consumindo. É nesta conjuntura que a Assistência Social passa a ser um “terreno de contradições”, como expõe Mota (2010) ao afirmar que

a Assistência Social no séc. XXI está adquirindo a condição de mecanismo integrador, em lugar do papel desempenhado pelo trabalho. (...) o que se coloca no horizonte é o apagamento da referência do trabalho em prol da renda como meio de acesso ao consumo. (...) Neste sentido, coloca-se o maior desafio para os que professam ‘o pessimismo da razão e o otimismo da vontade’: distinguir e compreender a necessidade objetiva da ampliação da assistência diante do agravamento da pobreza, sem a ela hipotecar o principal e às vezes único mecanismo de enfrentamento da ‘questão social’. (MOTA, 2010, p.144-145).

O lugar que a política em questão assume no século XXI se dá em virtude dos benefícios que por meio dela são operacionalizados, especialmente aqueles que se refere à transferência de renda, tendo em vista que

Os programas assistenciais de “transferência de renda” são estratégias político-econômicas importantes para garantir minimamente a sobrevivência de trabalhadores(as), de modo a garantir sua disponibilidade para a exploração; para assegurar um fluxo básico de consumo, evitando um curto-circuito na rotação do capital, e para controlar socialmente o pauperismo e os comportamentos das “classes perigosas”. No entanto, para quem está desprovido de todas as condições de reprodução social no capitalismo, programas que transferem recursos públicos sob a denominação de “transferência de renda”, “renda básica” ou “renda mínima” são uma questão de vida ou de morte, ainda mais em países como o Brasil, marcado pela informalidade, baixos e instáveis salários e precarização agressiva. A bárbara condição de mais de 100 milhões de homens e mulheres se tornou explosiva na pandemia. Se a “transferência de renda” é funcional à reprodução do capitalismo, não se pode negar que é igualmente necessária para reprodução da classe trabalhadora. (BOSCHETTI e BEHRING, 2021, p.79).

A centralidade que tais programas assistenciais passam a ter na política de Assistência Social é comprovada quando observada a distribuição de recursos destinados a esta a partir do quadro abaixo:

Tabela 1 - Monitoramento da Execução do Orçamento Geral da União 2015 – 2021

ANO	PERCENTUAL⁵ DE RECURSOS DESTINADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL COMUNITÁRIA BOLSA FAMÍLIA⁶
2015	39%
2016	36%
2017	34%
2018	35%
2019	36%
2020	77%
2021	49%

Construção Própria a partir de dados coletados no Relatório do Levantamento de Dados (SILVA, 2022).

A leitura do quadro acima precisa levar em consideração que o universo de recursos a referenciado deve ser aplicado para cobrir despesas com outras atividades que representam pilares essenciais à execução da política, tais como Assistência Comunitária Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Alimentação e Nutrição - Segurança Alimentar e Nutricional; Proteção e Benefícios ao Trabalhador Modernização Trabalhista e Trabalho Digno; entre outros que passam a ser sucateados pela ausência de recursos haja vista a priorização dos programas de transferência de renda.

Outro dado de extrema importância apresentado pela Tabela 1 é o crescimento focalizado de recursos destinados à transferência de renda em 2020, lembrando que este é o ano que marca a chegada da pandemia da COVID-19 no país e que a

⁵Principal programa de transferência de renda em vigor no Brasil no século XXI.

⁶Percentuais estabelecidos dentro do universo de recursos destinados pelo governo federal à Política de Assistência Social.

alternativa encontrada pelo governo ultraneoliberal em vigor foi justamente a disponibilização de um auxílio emergencial, proposto inicialmente no valor de R\$200,00 (duzentos reais) e ampliado após votação do Congresso Nacional para R\$600,00 (seiscentos reais), medida esta que não visava enfrentar a agudização das expressões da questão social gerada pela pandemia mas apenas minimizá-la ao passo que grande ao grande capital que a classe trabalhadora teria condições de manter seu padrão de consumo.

Um fato relevante a ser considerado nesta construção crítica é que mesmo após o afrouxamento das medidas de contenção da COVID-19 e o encerramento do período previsto para duração do auxílio emergencial, o governo ultraneoliberal e fascista de Jair Bolsonaro continuou apostando na transferência de renda como uma bandeira populista e eleitoreira, haja vista que no apagar das luzes de 2021 e, assim sendo, nas vésperas da corrida para as eleições presidenciais é sancionada a Lei Federal Nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, que extingue o Programa Bolsa Família e institui o Auxílio Brasil. Com a proposta de ampliar o valor repassado para as famílias vivendo em condição de pobreza no país, o Auxílio Brasil nasce com prazo de validade e com financiamento incerto, fatos que revelam mais uma vez a tomada de medidas de efeito paliativo e caráter imediatista, as quais mais visam controlar situações de crise por meio da ampliação do poder de consumo da classe trabalhadora e assim atender interesses do que de fato enfrentar as problemáticas que alimentam as expressões da questão social.

Com a proximidade das eleições presidenciais de 2022 tem-se a promulgação da [Emenda Constitucional Nº 123/2022](#), a qual prevê a expansão do auxílio Gás dos Brasileiros, instituição do auxílio para caminhoneiros autônomos e a expansão do Programa Auxílio Brasil. Os benefícios acima listados comungam da característica de já nascerem com prazo de validade determinado e que contam com um financiamento incerto, evidenciando o uso da transferência de renda como medida de efeito paliativo de caráter imediatista voltada ao controle de situações de crise e atendimento aos interesses de manutenção do controle das massas no período eleitoral, do que de enfrentamento às problemáticas que alimentam as expressões da questão social.

As medidas do neoliberalismo voltadas ao desmonte da Assistência Social, sem que esta tenha ao menos alcançado os moldes previstos constitucionalmente, listadas assim tratam-se de pontuações iniciais inseridas em um universo amplo de iniciativas direcionadas ao enfraquecimento da classe trabalhadora em favor da solidificação da soberania capitalista; de modo que, além dos apontamentos antepostos, existem outras medidas de assolamento da PAS, como as que são apontadas por Sposati (2016) em razão de análise sobre o financiamento da política em questão, entre as quais cabe destaque para:

- **A fragilização do controle social** - Como apontado anteriormente, os conselhos são espaços de qualificação da política por meio da participação popular e assim a capacidade de refletir sobre os serviços ofertados e as demandas que atendem ou deveriam atender, porém o que autora aponta é que:

Os conselhos vêm sofrendo de “moléstias” próprias do afastamento democrático do circuito de representação. Há conselho “meia-boca”, conselho inteiro, conselho que só tem representante apadrinhado, há conselheiro que é profissional em dois ou três conselhos, que nunca deixa de ser conselheiro porque não tem substituto. Há forte variação da densidade de representações e da força do controle social nas políticas sociais (SPOSATI, 2016, p. 105).

Neste contexto, tem-se a desqualificação dos serviços, cerceamento da participação popular e o comprometimento da tomada de decisões acerca do planejamento e execução da PAS, haja vista que legalmente as decisões sobre o uso dos recursos contidos nos Fundos da Assistência Social (FAS) devem ser discutidas e aprovadas pelo pleno dos conselhos setoriais.

- **Ausência e/ou atrasos no repasse de recursos pelo Governo Federal** - Embora seja uma política prevista para receber cofinanciamento, o que se observa é uma sobrecarga dos municípios que se veem na condição de suprir os atrasos ou ausências das transferências federais, fato que fragiliza a execução da política, especialmente, naqueles municípios com baixa arrecadação de tributos. O arrocho financeiro que os atrasos do governo federal acarretam no municípios comprometem a capacidade de planejar a execução dos serviços, posto que não é possível mapear as demandas e

pensar em novas formas de intervenção se não há a garantia da disposição de recursos para manter os serviços já existentes, de modo que a execução da PAS nos municípios “não se trata de prever a implantação do que é mais necessário, mas sim de implantar aquilo em que há recursos transferidos” (*Idem*, p. 108).

- **A reiterada presença de parcerias com associações da sociedade civil** - A garantia de direitos sociais tende a não ser uma área de interesse ao capital, de modo que não há como utilizar a PAS para manter o processo de acumulação capitalista (a exceção apenas dos benefícios de transferência de renda que viabilizam o consumo). Desta forma, é mais interessante transferi-la para que a própria sociedade execute, por meio de tal iniciativa têm-se o afastamento estatal das responsabilidades que lhes são conferidas pela CF/88 para com a execução dos serviços socioassistenciais, o uso da Assistência Social como meio para dar acesso a instituições privadas ao fundo público, tendência à forte presença da religiosidade na política e à ausência de referência do modelo público estatal.

Assim, percebe-se que passadas mais de duas décadas do início do século a Política de Assistência Social permanece sendo usada como moeda de troca para atender a interesses políticos e capitalistas, essa tendência de uso da política fora apontada por Raichelis (2000) já no início do século, quando a autora afirma que

a fixação dos recursos da assistência social esbarra em sua fluidez e sua flexibilidade, propícios à acomodação e à barganha de interesses políticos. Tão propícios quanto a sistemática de desenvolver ações eventuais e sem caráter orgânico, que atende mais diretamente às injunções políticas voltadas para respostas pontuais e conjunturais (RAICHELIS, 2000, p. 276)

A tendência em questão está amparada nas bases históricas do Brasil, já que desde estas os interesses políticos e capitalistas caminham lado a lado, e assim se mantém mesmo quando as medidas de proteção social são exigências de uma crise sanitária na dimensão da gerada pela pandemia da COVID-19.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de uma conexão intrínseca entre a Assistência Social e as iniciativas de controle das expressões da questão social ao longo da história é

inegável, no entanto ressalta-se o caráter de contenção e pacificação da classe trabalhadora, haja vista que as iniciativas provenientes desta se limitam a esfera do controle e do imediato, de modo que não cabe a afirmativa de que haja um enfrentamento efetivo à questão social.

A ausência do enfrentamento efetivo, por sua vez, está relacionada à interferência capitalista no Estado, de modo que até as políticas sociais, que em sua essência foram constituídas para atender aos interesses da classe trabalhadora, passam a ser manipuladas para atuarem em favor do capital.

Assim, observando os elementos antepostos e os marcos históricos ocorridos no Brasil ao longo do início do século XXI é que se pode afirmar que ocorre a manutenção do padrão de desvio de finalidade da Política de Assistência Social que é fortalecido pela atual gestão do aparelho estatal brasileiro mesmo em um contexto de crescentes agravos sociais decorrente de uma conjuntura de extremos que impacta todo o planeta.

De modo que, a leitura crítica aqui construída torna possível afirmar que a Assistência Social brasileira, mesmo após os avanços normativos, ainda sofre com o dilema de ser tratada como uma política que “apaga incêndios”, o que lhe acarreta um planejamento frágil; um financiamento volátil; uma dimensão de moeda de troca populista e eleitoreira; além de sua descaracterização enquanto política pública estatal.

V - REFERÊNCIAS

AMARAL, Ângela Santana do. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas. **Revista Argumentum**. Vitória, V. 10, N. 3, p. 244-256, set/dez. 2018.

BORGES, Maria Elizabeth; MATOS, Maurílio Castro de. **AS DUAS FACES DA MESMA MOEDA: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade**. Em: Bravo, M. I. S.; Matos, M. C. de; Freire, S. de M. (Orgs) Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo. Minas Gerais: Navegando, 2020.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. **Serviço Social & Sociedade**, p. 66-83, 2021. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.238>>. Acesso em 10 jan. 2022

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 abr. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 123, de 14 de julho de 2022**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc123.htm>. Acesso em 25 ago. 2022.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política - Livro 1**. O processo de produção do capital. - 2 ed. - São Paulo: Editora Boitempo, 2017

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. - 4 ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e Conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. - 2 ed. rev. - São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Josiane S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Fabrício Rodrigues da. **Relatório do Levantamento de Dados Monitoramento da Execução do Orçamento Geral da União 2015 – 2021**. Grupo de Estudos do Orçamento Público e da Seguridade Social – GOPSS. 2022.